



# Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis

## 2024

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Chesf.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

#### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 marcou um avanço decisivo na transformação cultural da Eletrobras, consolidando uma nova forma de operar: mais eficiente, integrada e focada no cliente. Cada movimento estratégico realizado ao longo desse ciclo reforça o compromisso da companhia com a segurança, a excelência operacional e a geração de valor para seus acionistas e para toda a sociedade.

A incorporação de Furnas foi mais um marco importante nessa direção com a simplificação da estrutura corporativa e societária. A gestão unificada contribui para trazer mais celeridade e eficiência ao processo decisório, tornando a Eletrobras uma empresa mais dinâmica e competitiva.

Em 2024, vimos importantes mudanças no setor de energia e na Companhia. Após 2 anos e meio com o preço spot (PLD - preço de liquidação de diferenças) próximo ao piso, vimos o PLD atingir patamares elevados no segundo semestre, atingindo um preço médio de R\$ 480/MWh em outubro. Na nossa visão, essa mudança de preço reflete o ambiente atual mais volátil, devido à grande inserção de fontes renováveis intermitentes nos últimos anos, tendência que deve se intensificar no futuro. Nesse cenário, a comercialização de energia no ambiente de mercado livre ganhou trânsito, com cerca de 27 mil consumidores migrando para essa modalidade em 2024. Continuamos avançando na estruturação da área de comercialização, que agora possui um time dedicado, atuando de forma integrada e orientada ao mercado com processos robustos. Destaque para a fixação de limites de exposição de crédito e modelos de previsão do preço da energia. A Eletrobras agora é uma companhia voltada ao cliente, que desenvolve soluções adaptadas às suas demandas e alinha processos para ampliar constantemente a sua base.

Recuperamos a capacidade de investimentos da Eletrobras com foco em resiliência e eficiência operacional. Estamos investindo na modernização das usinas hidrelétricas e nos reforços e melhorias de nossas linhas de transmissão, que trazem resiliência e aumentam a robustez dos nossos ativos contribuindo com a segurança energética do país. Em 2024, investimos R\$ 7,7 bilhões, sendo R\$ 1,1 bilhão no parque eólico de Coxilha Negra, que terá capacidade de 302 MW. O foco em ampliar a infraestrutura de transmissão ficou evidenciado com a participação no leilão 01/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde arrematamos quatro lotes com investimentos estimados de R\$ 5,6 bilhões. Isso reforça o posicionamento da Eletrobras como protagonista no desenvolvimento do setor.

Destaque para os investimentos que estamos realizando em projetos relevantes, como as obras de revitalização do sistema de transmissão em corrente contínua de alta tensão - HVDC (high voltage direct current) de Itapuã com investimentos estimados em R\$ 1,9 bilhão e na Transnorte Energia - TNE, linha de transmissão 500 kV, integrando Manaus a Boa Vista e integrando o Sistema de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com investimentos previstos de R\$ 3,3 bilhões.

Estamos também investindo na inovação da gestão dos nossos ativos. Criamos o centro de inteligência meteorológica (ATMOS), que usa inteligência artificial nos modelos de previsão de eventos extremos ajudando a aumentar a prontidão e a segurança de nossas operações. Outra inovação é o novo centro de monitoramento de ativos que usa sensores (IoT) e aplicações digitais (digital twin + BIM e realidade virtual) para monitorar mais de 87.000 ativos.

Tivemos avanços significativos no processo de simplificação e otimização da estrutura societária. A gestão de nossas participações tem como objetivo melhorar a governança e a rentabilidade do nosso portfólio de ativos. Isso fica claro com a conclusão da venda de participações minoritárias, como em Chapada do Piauí I e II; a oferta pública da parte das ações que detínhamos da Isa Energia Brasil S.A.; e a aquisição da participação em Vale São Bartolomeu Transmissora de Energia. Além disso, assinamos a operação de troca de ativos com a Companhia Paranaense de Energia (Copel), envolvendo a UHE Colider. Seguiremos firmes com a estratégia de descruzamento de ativos, visando a otimização de participações minoritárias, a melhoria da alocação de capital e a simplificação da nossa estrutura societária.

Reformulamos a gestão financeira da companhia com diversificação das fontes de captação, ampliação e adequação dos vencimentos das dívidas e completa revisão e padronização dos instrumentos financeiros. O ano de 2024 foi marcado por importantes operações financeiras, através da captação de recursos de cerca de R\$ 32 bilhões no mercado local, internacional e agências de fomento à exportação. Encerramos o ano com uma elevada liquidez que nos deixa numa posição confortável para enfrentar eventuais incertezas nos mercados.

Destaque para a primeira emissão dos títulos (bonds) realizada pela Eletrobras após sua privatização, de US\$ 750 milhões com vencimento em 2035 e pela contratação de financiamento no montante de US\$ 400 milhões, com garantia da Agência de Crédito à Exportação da Itália - Servizi Assicurativi Del Commercio Estero SPA (SACE), sendo a primeira captação com o apoio de uma agência internacional de crédito à exportação.

Nos preparamos hoje para os desafios do futuro. Em suprimentos, estabelecemos diretrizes e adotamos uma nova abordagem de relacionamento com fornecedores e parceiros, visando criar relações de longo prazo. Essas parcerias são essenciais para mitigar eventuais riscos na cadeia de suprimentos, especialmente em um momento de aumento expressivo nos investimentos de transmissão ao redor do mundo. Promovemos a otimização e padronização do processo de compras em todas as empresas, o que, aliado à transformação digital da área de suprimentos, torna a nossa atuação mais ágil, transparente, segura e eficiente na aquisição de materiais, bens e serviços.

Nosso compromisso com a eficiência também se refletiu na gestão de pessoas, com avanços significativos. Com a aprovação do acordo coletivo de trabalho em todas as bases do Brasil, os nossos profissionais estarão abrangidos por um acordo coletivo de trabalho unificado. Lançamos o Programa de Desligamento Consensual, promovendo uma abordagem responsável de transição de carreira, respeitando o diálogo com os colaboradores e os acordos sindicais. A remuneração dos profissionais está agora vinculada ao desempenho da empresa e os salários estão alinhados ao mercado.

No aspecto da governança, criamos o Comitê de Sustentabilidade para assessorar o Conselho de Administração, contribuindo para a otimização de nossas estratégias para um desenvolvimento sustentável e a geração de valor para a sociedade e o meio ambiente.

Vale destacar que pelo segundo ano consecutivo, a Eletrobras integrou a carteira do índice de diversidade – IDIVERSA da B3, um dos principais indicadores de diversidade e inclusão do mercado de capitais brasileiro. A manutenção nesse índice reafirma nosso compromisso na adoção das melhores práticas em questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Sob esse prisma, expandimos nossas parcerias com a assinatura de memorandos de entendimento que envolvem a pesquisa e o desenvolvimento comercial de hidrogênio verde, por exemplo. Nossa compromisso de zerar as emissões líquidas em 2030 foi validado pelo Science Based Targets Initiative. Um passo importante nessa direção foi a venda do complexo termoelétrico de Candiota, o último ativo a carvão do nosso portfólio, em uma operação que contribuiu significativamente para a agenda de descarbonização – eliminando cerca de um terço das emissões totais da empresa. Com essa mesma visão, assinamos acordos para a alienação de todo o portfólio termoelétrico remanescente.

Quando olhamos para o mercado de energia, estamos presenciando um novo panorama, com forte crescimento das fontes renováveis intermitentes, que hoje já representam cerca de 36% da matriz energética brasileira. A menor representatividade dos reservatórios hidrelétricos em relação à demanda total, associada com as cada vez mais frequentes ondas de calor, aumentam a necessidade de outras fontes despacháveis, como as térmicas e isso se traduz numa maior volatilidade de preço de energia. Essa volatilidade de preço se mostra mais presente desde o segundo semestre de 2024.

No início de 2025, também observamos relevantes variações de preço, mesmo com cenário hidrológico favorável até fevereiro e nível dos reservatórios elevado. Os contratos futuros no mercado livre de energia, em especial em horizontes de prazo mais curtos começam a refletir uma reprecificação estrutural. Entendemos que o setor e os agentes de mercado passam por um processo de amadurecimento e melhor compreensão das mudanças observadas na matriz e pelo desenvolvimento de novas tecnologias, o que resulta em ajustes de estratégias e consideração de aspectos até então pouco relevantes, como curtailment, modulação e diferenças de preço entre submercados.

A Eletrobras entende que a melhor geração de valor para seus acionistas no tempo é manter uma flexibilidade financeira que permita a empresa maximizar sua estratégia comercial. Com base na execução dessa estratégia e após investir no aumento da resiliência e eficiência dos ativos, mantendo uma gestão financeira prudente, a Companhia teria condições de alocar de forma ótima e equilibrada o seu capital entre acionistas e opções de crescimento.

Nesse contexto, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$ 4 bilhões em dividendos, referente a 41% do resultado do exercício de 2024. Esses dividendos equivalem a 60% do lucro líquido regulatório da controladora e são a maior distribuição de dividendos aos acionistas da história.

Encerramos o ano com a convicção de que as medidas adotadas não apenas fortalecem os alicerces da Eletrobras, como também posicionam a companhia de forma mais competitiva para o futuro. Temos a satisfação de ver que, a cada dia que trabalhamos, encontramos uma empresa melhor no dia seguinte. Seguimos avançando com um modelo de gestão focado na segurança, no cliente, na excelência e na criação de valor para nossos acionistas.

Agradecemos o apoio, a dedicação e o esforço dos nossos colaboradores que seguem firmes na jornada de transformar a Eletrobras em uma empresa cada vez mais inovadora, eficiente e que gera resultados sustentáveis.



**Vicente Falconi**  
Presidente do Conselho de Administração Eletrobras



**Ivan Monteiro**  
Presidente da Eletrobras

#### 1. DESTAQUES 2024

- 12,2% receitas do segmento de Geração de energia para R\$ 3,9 bilhões.
- +6,1 % receitas do segmento de Transmissão para R\$ 5,6 bilhões.
- +14,8% de PMSO consolidado da Eletrobras Chesf para R\$ 6,5 bilhões.
- +58,8% EBITDA consolidado da Eletrobras Chesf para R\$ 2,9 bilhões.
- +66,7% lucro líquido consolidado para R\$ 2,9 bilhões.
- Em julho de 2024, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias nº 3.344/2024 e nº 3.348/2024, que impactaram diretamente os contratos de concessão de transmissão da Companhia resultando no reconhecimento adicional no valor de R\$ 2.916 milhões na rubrica de remunerações regulatórias.
- Conclusão de operações financeiras de R\$ 8.000 milhões no mercado de capitais.

#### 2. A ELETROBRAS CHESF

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Companhia ou Eletrobras Chesf) é uma empresa de capital aberto, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948.

A Eletrobras Chesf atua nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia, participando de processos de inovação e pesquisas de seu interesse empresarial no setor energético, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos.

As operações da Eletrobras Chesf se concentram nas atividades de geração hidrelétrica e eólica, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por cerca de 99% da sua produção total de energia em 2024. No segmento de transmissão, as linhas de transmissão da Companhia correspondem a aproximadamente 11,71% do total das linhas de transmissão do Brasil com nível de tensão maior ou igual a 230 kV.

A Companhia ainda detém participações minoritárias em empresas de geração e transmissão de energia elétrica, totalizando sete Sociedades de Propósito Específico (SPE), sendo três de transmissão e quatro de geração - três hidrelétricas e uma eólica. A Companhia atua, ainda, como sócia majoritária (99,97%) na SPE Nova Era Solar Enki S.A., uma holding para desenvolvimento de projetos de usinas solares fotovoltaicas flutuantes.

#### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

##### 3.1. Segmento de Geração

Nossa energia é proveniente de fontes renováveis e contribui para as metas de descarbonização do país, sendo o volume gerado por cada usina definido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A Eletrobras Chesf possui 26 empreendimentos de geração de energia elétrica, compostos por usinas hidrelétricas e eólicas, além das participações nas SPE Norte Energia S.A. (UHE Belo Monte), Jirau Energia S.A. (UHE Jirau), Companhia Energética Sinop S.A. (UHE Sinop) e Vam Cruz I Participações S.A. (Complexo Eólico Vam Cruz).

##### Capacidade Instalada

O parque gerador da Eletrobras Chesf tem 10.460 MW de potência instalada, composto por 12 usinas hidrelétricas próprias, sendo 8 no Rio São Francisco, 2 no Rio Contas (BA), 1 no Rio Paranaíba (PI) e 1 nos Rios Piancó e Aguiar (PB), além de 14 usinas eólicas próprias. A capacidade instalada em empreendimentos com parcerias totaliza 2.579 MW, composta por participações em 3 hidrelétricas (UHE Belo Monte, UHE Jirau e UHE Sinop) e 4 parques eólicos (Complexo Eólico Vam Cruz).

A Companhia atua, ainda, como sócia majoritária (99,97%) na SPE Nova Era Solar Enki S.A., uma holding para desenvolvimento de projetos de usinas solares fotovoltaicas flutuantes.

Tabela 1. Ativos de Geração da Eletrobras Chesf

Empreendimento	Localização (Estado)	Fonte	Ínicio da Outorga	Ínicio da Operação	Fim da Outorga	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)	Garantia Física Descotizada (MW Médio)
Complexo de Paulo Afonso <sup>(2)</sup>	BA	Hidrelétrica	01/06/2022	01/01/1955	01/06/2052	4279,6	1658,8	685,52
	SE	Hidrelétrica	01/06/2022	01/12/1994	01/06/2052	3162	1729,8	714,86
Luiz Gonzaga <sup>(Itaparica) <sup>(2)</sup></sup>	PE	Hidrelétrica	01/06/2022	01/06/1988	01/06/2052	1479,6	727	300,44
Sobradinho <sup>(2)</sup>	BA	Hidrelétrica	01/06/2022	01/11/1979	01/06/2052	1050,3	457,5	-
Boa Esperança <sup>(Castelo Branco) <sup>(2)</sup></sup>	PI	Hidrelétrica	01/06/2022	01/04/1970	01/06/2052	237,3	136,2	56,29
Funil <sup>(2)</sup>	BA	Hidrelétrica	01/06/2022	01/08/1962	01/06/2052	30	4,8	1,99
Pedra <sup>(2)</sup>	BA	Hidrelétrica	01/06/2022	01/11/1978	01/06/2052	20,01	1,74	0,72
Curumés	PB	Hidrelétrica	01/01/1957	01/02/2026	3,52	1	NA	
Casa Nova II	BA	Eólica		01/05/2014	01/12/2017	32,9	9,4	NA
Casa Nova III	BA	Eólica		01/05/2014	01/02/2018	28,2	9,4	NA
Coqueirinho <sup>(2)</sup>	BA	Eólica	01/05/2014	01/09/2019	01/05/2049	16	7,4	NA
Tamanduá Mirim <sup>(2)</sup>	BA	Eólica	01/06/2014	01/11/2019	01/06/2049	16	7,4	NA
Angical <sup>(2)</sup>	BA	Eólica	01/04/2014	01/09/2019	01/04/2049	10	5,1	NA
Caititu <sup>(2)</sup>	BA	Eólica	01/04/2014	01/01/2020	01/04/2049	10	5,1	NA
Caititu <sup>(3)</sup>	BA	Eólica	01/04/2014	01/01/2020	01/04/2049	10	4,7	NA
Carcará	BA	Eólica	01/04/2014	01/02/2020	01/04/2049	10	4,6	NA
Corrupião <sup>(3)</sup>	BA	Eólica	01/04/2014	01/02/2020	01/04/2049	10	4,2	NA
Papagaio	BA	Eólica	01/05/2014	01/10/2019	01/05/2049	10</td		

★—continuação



venda de energia elétrica de que trata o referido artigo. Atualmente, 90% da garantia física da UHE Sobradinho está alocada aos contratos de venda mencionados. A redução gradual desses contratos terá início em 2032.

(<sup>3</sup>) A concessão para exploração da PCH Curemas foi transferida a Eletrobras Chesf por intermédio do Decreto nº 74.971, de 26/11/1974.

(<sup>4</sup>) A garantia física da EOL Casa Nova A foi definida pela Portaria SPDE/MME nº 296/2019.

Maiores detalhes sobre as usinas podem ser conferidos no Anexo de Dados Operacionais no site de RI.

#### Energia Gerada

A tabela a seguir indica o volume total de energia gerada pela Eletrobras Chesf no período indicado, medidos em megawatts-hora, por tipo de usina. Houve uma redução de 12,4% em comparação a 2023 devido às afluências abaixo da média nas principais bacias em 2024.

Tabela 2. Volume Total de Energia Gerada pela Eletrobras Chesf

Tipo de usina	MWh
Hidrelétrica <sup>(1)</sup>	35.177.638
Éolica/Solar	508.610
<b>Total</b>	<b>35.686.249</b>

(<sup>1</sup>) Considerando os empreendimentos corporativos, propriedade compartilhada e participações via SPEs.

#### 3.2. Comercialização

A comercialização na Eletrobras, nossa controladora, é orientada por um planejamento baseado em metas e diretrizes estratégicas, nível de contratação dos ativos e decisões orçamentárias. A Eletrobras monitora continuamente as condições do mercado e seu portfólio, definindo diretrizes e ritmo para novas operações, mantendo seu nível de contratação controlado ao longo dos anos. Isso visa mitigar os riscos de mercado e liquidez, além de maximizar os resultados da comercialização. Para tanto, metas de vendas são definidas periodicamente a partir de limites pré-aprovados, permitindo flexibilidade e autonomia para capturar oportunidades. Essa estratégia é constantemente revisada para acompanhar as mudanças de cenário.

Com a abertura do mercado livre, o número de consumidores migrando para essa modalidade aumentou significativamente, com cerca de 27.000 migrações em 2024. Diante desse quadro, a estruturação da comercialização da Companhia é acompanhada pelo fortalecimento de áreas estratégicas para os negócios, com o estabelecimento de iniciativas para fortalecer vínculos existentes e impulsionar novas relações comerciais de valor com os clientes.

Em 2024, a Companhia participou dos leilões de energia existente A-1 e A-2 (Leilão ANEEL nº 004/2024). No leilão A-1, foram comercializados 80 MW médios ao preço de R\$ 160,05/MWh, representando um deságio de 5,85% do preço inicial, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2026. No leilão A-2, foram comercializados 340 MW médios ao preço de R\$ 160,91/MWh, representando um deságio de 19,54% do preço inicial, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2026 e término em 31 de dezembro de 2027. O montante total negociado pela Eletrobras Chesf nos dois leilões foi de R\$ 1.183 milhões.

Atualmente, a Eletrobras é responsável pela centralização das atividades de comercialização de energia das empresas do grupo.

#### Energia Vendida

A Eletrobras Chesf vendeu 28,7 TWh de energia em 2024, comparado a 37,5 TWh em 2023, o que representa uma redução de 23%, destacando-se a alienação para a descotização e redução nos contratos sob a Lei nº 13.182/2015.

Excluindo a venda de energia sob o regime de cotas, a Companhia comercializou 709 MW médios de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e 63 MW médios de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

#### 3.3. Segmento de Transmissão

No segmento de transmissão, a Companhia possui 22.055 quilômetros de linhas de transmissão corporativas de alta tensão, com nível de tensão maior ou igual a 230 kV. Além disso, possui 1.831 quilômetros de linhas de transmissão correspondentes à sua participação em SPE (Interligação Elétrica do Madeira S.A., Interligação Elétrica Garanhuns S.A. e Sistema de Transmissão Nordeste S.A.), totalizando 23.886 quilômetros de linhas de transmissão em 2024. A Companhia também é responsável por 80.364 MVA de capacidade de transformação do SIN, considerando as instalações corporativas.

Tabela 3. Extensão Total das Linhas (km)

Corporativo		SPE			Total (a+b)
Corporativo	Corporativo tensão ≥ 230 KV	Corporativo em km (a)	SPE - Participação Eletrobras Chesf (b)	SPE tensão ≤ 230 KV	
21.398	657	22.055	1.831	—	23.886

Tabela 4. Capacidade de Transformação (MVA)

Corporativo		SPE		Total (a+b)
Corporativo	(a)	Números de Subestações	SPE - Participação Eletrobras (b)	
80.364	134	5.813	86.177	

#### Remuneração da Transmissão

Os ativos de transmissão possuem RAP definida pela ANEEL, levando em consideração o investimento e os custos de operação e manutenção de um projeto de transmissão. A RAP é atualizada anualmente de acordo com as regras da ANEEL, com revisões periódicas a cada cinco anos, ajustando-a para cima ou para baixo, considerando fatores como eficiência e acessibilidade das tarifas.

A Resolução Homologatória nº 3.348/2024 da ANEEL estabeleceu o reajuste anual da RAP referente ao ciclo 2024/2025, vinculado às instalações de transmissão sob responsabilidade das concessionárias. Como resultado, foi definida para a Eletrobras Chesf uma RAP de R\$ 5.209 milhões, a preços de junho de 2024, líquida de PIS/Cofins e válida para o período de 01/07/2024 a 30/06/2025. Esse valor representa 10,4% da RAP total da Eletrobras e 3,7% do SIN.

Adicionalmente, a resolução definiu uma Parcela de Ajuste (PA) total negativa para ciclo de referência, de R\$ 331 milhões, também a preços de junho de 2024. Essa PA contempla, entre outros, os efeitos retroativos negativos e positivos da Revisão Tarifária Periódica da RAP (RTP) de 2023 e 2024 de contratos prorrogados e licitados, e a anuidade de RAP melhorias. Com isso, a RAP total da Companhia para o ciclo 2024/2025 foi de R\$ 4.878 milhões, a preços de junho de 2024.

#### 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2024, a Eletrobras Chesf apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 2.915 milhões, 66,7% superior ao apurado em 2023, que foi de R\$ 1.749 milhões.

Em 2024, a receita operacional líquida foi de R\$ 8.044 milhões em linha com a receita de 2023, de R\$ 8.113 milhões.

O EBITDA foi de R\$ 6.477 milhões, um crescimento de 58,8% em comparação ao anterior, que foi de R\$ 4.079 milhões.

Tabela 5. Resultado 2024 (R\$ milhões)

DRE	2024	2023	%
Receita de Geração	3.897	4.441	(12,2)
Receita de Transmissão	5.632	5.310	6,1
Outras Receitas	75	61	22,8
<b>Receita Bruta</b>	<b>9.603</b>	<b>9.811</b>	<b>(2,1)</b>
Deduções da Receita	(1.560)	(1.698)	(8,2)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>8.044</b>	<b>8.113</b>	<b>(0,9)</b>
Energia p revenda, uso da rede, combustível e construção	(2.504)	(2.367)	5,8
DRE	2024	2023	%
Pessoal, Material, Serviços e Outros	(1.763)	(1.536)	14,8
Provisões Operacionais	(263)	(210)	25,4
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	2.916	0	n.m.
Outras Receitas e Despesas	0	3	(100,0)
<b>EBITDA, antes das Participações Societárias</b>	<b>6.430</b>	<b>4.004</b>	<b>60,6</b>
Participações societárias	48	75	(36,4)
<b>EBITDA</b>	<b>6.477</b>	<b>4.079</b>	<b>58,8</b>
Depreciação e Amortização	(634)	(402)	57,7
<b>EBIT</b>	<b>5.844</b>	<b>3.677</b>	<b>58,9</b>
Resultado Financeiro	(2.259)	(1.734)	(30,3)
<b>EBT</b>	<b>3.585</b>	<b>1.942</b>	<b>84,5</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(670)	(193)	247,7
<b>Lucro líquido</b>	<b>2.915</b>	<b>1.749</b>	<b>66,7</b>

#### 4.1. Receita Operacional

A receita operacional líquida em 2024 foi de R\$ 8.044 milhões, em linha com os R\$ 8.113 milhões de 2023.

A **receita de geração** diminuiu 12,2%, passando de R\$ 4.441 milhões em 2023 para R\$ 3.897 milhões em 2024. Essa variação foi explicada principalmente pela:

- redução no volume vendido no mercado livre (ACL) devido ao impacto da descontratação de consumidores pela Lei nº 13.182/2015;
- diminuição de R\$ 653 milhões devido ao processo de descotização gradual de 20% ao ano das usinas em regime de cotas nos termos da Lei nº 14.182/2021;
- liquidação positiva na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), gerando uma receita de R\$ 711 milhões;
- e queda do ICMS no valor de R\$ 100 milhões, devido à descontratação dos consumidores industriais.

Tabela 6. Receita operacional de Geração (R\$ milhões)

	2024	2023	%
Suprimento	514	581	(11,6)
Fornecimento	330	875	(62,3)
CCEE	1.050	329	219,7
Receita de operação e manutenção	2.003	2.656	(24,6)
<b>Receita Operacional de Geração</b>	<b>3.897</b>	<b>4.441</b>	<b>(12,2)</b>

A **receita de transmissão** aumentou 6,1%, passando de R\$ 5.310 milhões em 2023 para R\$ 5.632 milhões em 2024, influenciada principalmente pelo aumento de 23,7% na receita de construção, que passou de R\$ 709 milhões em 2023 para R\$ 877 milhões em 2024, tendo relação direta com os investimentos realizados (apropriados e alocados) nos projetos de transmissão em andamento.

Tabela 7. Receita operacional de Transmissão (R\$ milhões)

	2024	2023	%
Receita de operação e manutenção	2.478	2.399	3,3
Receita de Construção	877	709	23,7
Receita Contratual – Transmissão	2.276	2.201	3,4
<b>Receita Operacional de Transmissão</b>	<b>5.632</b>	<b>5.310</b>	<b>6,1</b>

#### 4.2. Custos e Despesas Operacionais

Os **custos e despesas operacionais** foram de R\$ 5.163 milhões em 2024, um aumento de 14,4% em comparação aos R\$ 4.514 milhões de 2023. As principais variações nos custos e despesas operacionais foram devidas:

- ao investimentos realizados (apropriados e alocados) nos projetos de transmissão em andamento;
- ao aumento dos encargos de uso da rede elétrica; e
- à compra de energia no mercado de curto prazo.

Tabela 8. Custos e Despesas Operacionais (R\$ milhões)

	2024	2023	%



<tbl

continuação


**c. Composição do Corpo Funcional**

	2024	2023
Nº de empregados no final do exercício	2.309	2.343
Nº de admissões	486	221
Nº de demissões	521	561
Nº de estagiários no final do exercício	58	1
Nº de empregados com deficiência (PcD) no final do exercício	101	116
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	1.853	1.985
- Feminino	456	358
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	—	—
- De 18 a 35 anos	406	266
- De 36 a 60 anos	1.867	1.934
- Acima de 60 anos	36	143
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	—	—
- Com ensino fundamental	38	45
- Com ensino médio	82	906
- Com ensino técnico	946	55
- Com ensino superior	815	979
- Pós-graduados	428	358
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	72%	81%
- Feminino	28%	19%

**d. Contingências e Passivos Trabalhistas**

	2024	2023
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	732	610
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	437	325
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	98	105

Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (R\$ mil)

47.572 292.189

**II. Intereração da Entidade com o Ambiente Externo****2.1. Relacionamento com a Comunidade**

	2024	2023
Total dos investimentos em:		
Educação (R\$ mil)	—	—
Cultura (R\$ mil)	—	100
Saúde e Infraestrutura (R\$ mil)	—	—
Esporte e Lazer (R\$ mil)	2.100	—
Alimentação (R\$ mil)	—	—
Geração de Trabalho e Renda (R\$ mil)	—	—
Reassentamento de Famílias (R\$ mil)	—	—
Outros (R\$ mil)	—	140
<b>Total dos investimentos (R\$ mil)</b>	<b>2.100</b>	<b>240</b>
Tributos (excluídos encargos sociais) (R\$ mil)	619.825	1.562.514
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (R\$ mil)	—	210.518
<b>Total de Relacionamento com a Comunidade (R\$ mil)</b>	<b>621.925</b>	<b>1.773.272</b>

**2.2. Intereração com os Fornecedores****Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:**

Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresenta as seguintes declarações:

DECLARA, sob as penas da lei que:

1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Justiça do Trabalho (CNDT).

Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada. O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.

Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.

Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do Balanço Social, respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:

- boas práticas de governança;
- combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção;
- práticas leais de concorrência;
- direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);
- compromisso com o desenvolvimento profissional;
- promoção da saúde e segurança;
- promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;
- proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras;
- ações sociais de interesse público.

**III. Intereração com o Meio Ambiente****3.1. Investimentos**

	2024	2023
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente (R\$ mil)	—	25.165
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados (R\$ mil)	—	719
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade (R\$ mil)	—	—
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade (R\$ mil)	—	—
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais (R\$ mil)	138	628
<b>Total dos investimentos (R\$ mil)</b>	<b>138</b>	<b>27.496</b>

**3.2. Passivo Ambiental**

	2024	2023
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente (R\$ mil)	557.616	—
Passivos e contingências ambientais (R\$ mil)	40.000	713.520
<b>Total dos passivos ambientais (R\$ mil)</b>	<b>597.616</b>	<b>713.520</b>
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	20	4

**IV. Outras Informações****4.1 - Informações financeiras**

	2024	2023
Receita Operacional Líquida (ROL) (R\$ mil)	8.043.530	8.113.037
Resultado Operacional (RO) (R\$ mil)	3.584.614	1.942.461

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de caixa	6	6.316.828	1.027.866	6.316.829	
Caixa restrito	7	31.968	—	31.968	
Títulos e valores mobiliários	8	1.435.575	252.052	1.435.575	
Clientes	9	1.077.794	1.071.321	1.077.794	
Ativo contratual transmissâo	13	3.312.194	3.347.310	3.312.194	
Remuneração de participações societárias	10	42.531	34.278	42.531	
Impostos e contribuições	11	405.728	644.151	405.728	
Serviço em curso		447.729	351.094	447.729	
Almoxarifado		134.723	127.337	134.723	
Instrumentos financeiros derivativos	33	224	—	224	
Outros		610.470	751.326	610.470	
<b>13.815.764</b>	<b>7.606.735</b>	<b>13.815.765</b>			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Caixa Restrito	7	925.132	691.849	925.132	
Títulos e valores mobiliários	8	1.259	242	1.259	
Impostos e contribuições	11	233.684	224.828	233.684	
Depósitos judiciais		484.770	622.684	484.770	
Ativo contratual transmissâo	13	17.650.606	15.110.254	17.650.606	
Instrumentos financeiros derivativos	33	142.788	—	142.788	
Outros		424.766	24.313	424.766	
<b>19.863.005</b>	<b>16.674.170</b>	<b>19.863.005</b>			
<b>INVESTIMENTOS</b>					
Avaliados a equivalência patrimonial		5.634.724	5.620.160	5.633.223	
Outros investimentos		17.111	17.111	17.111	
		<b>5.651.835</b>	<b>5.637.271</b>	<b>5.650.334</b>	
<b>IMOBILIZADO</b>					
INTANGÍVEL					

continuação


**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
 (em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de Lucros						Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladora
		Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutárias - Investimentos	Incentivos Fiscais	Dividendos Adicionais Propostos			
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>9.753.953</b>	<b>4.916.199</b>	<b>743.124</b>	<b>8.125.172</b>	<b>1.020.521</b>	<b>695.808</b>	—	<b>(3.797.791)</b>	<b>21.456.986</b>
Ajustes Benefício pós-emprego	—	—	—	—	—	—	—	1.749.779	(117.537)	(117.537)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.749.779
<b>Transações com acionistas:</b>										
Ações em Tesouraria - Ações emitidas	—	—	—	(96.395)	—	—	—	—	—	(96.395)
Aumento de Capital - Incorporação de ações	9.616.223	—	—	—	—	—	—	—	—	9.616.223
Constituições de reservas	—	—	78.638	1.120.585	201.033	—	(1.376.250)	—	24.006	—
Dividendo / JCP mínimo obrigatório	—	—	—	—	—	(373.529)	—	—	(373.529)	—
JCP adicional proposto	—	—	—	—	(695.808)	—	—	—	—	(695.808)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>26</b>	<b>19.370.176</b>	<b>4.916.199</b>	<b>821.762</b>	<b>9.149.362</b>	<b>1.221.554</b>	<b>—</b>	<b>(3.915.328)</b>	<b>31.563.725</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)
**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Eletrobras Chesf ("Companhia" ou "Chesf"), com sede em Recife (PE), é uma empresa de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras.

A Companhia foi constituída pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. O objeto social atual inclui a realização de estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, comercialização de energia, inclusive a comercialização varejista, bem como a celebração de atos de empresas decorrentes dessas atividades. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 24 de março de 2025.

**NOTA 2 - DESTAQUES DE 2024**

## 2.1 Revisão Tarifária Periódica e RAP 2024-2025

Em julho de 2024, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias nº 3.344/2024 e nº 3.348/2024, que impactaram diretamente os contratos de concessão de transmissão da Companhia, resultando no reconhecimento adicional no valor de R\$ 2.915.747, na rubrica de Remensurações Regulatórias (maiores informações, nota 13).

## 2.2 Emissão de Debêntures

A Companhia concluiu, no ano de 2024, operações financeiras que totalizaram, aproximadamente, R\$ 8 bilhões em captação de recursos (maiores informações, nota 19).

**NOTA 3 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

A Companhia detém, diretamente ou por meio de suas controladas em conjunto, concessões de energia elétrica nos segmentos de Geração e Transmissão, informados abaixo:

Tabela 1 - Concessões e autorização de geração

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Complexo de Paulo Afonso (Paulo Afonso I, II, III, IV e Apolônio Sales)	4.280	BA	2052	
001/2010 Belo Monte	2.752	PA	2045	
001/2022 Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.480	PE	2052	
001/2022 Sobradinho	1.050	BA	2052	
001/2022 Boa Esperança (Castelo Branco)	237	PI	2052	
010/2000 Manso	42	MT	2037	

Tabela 2 - Concessões e autorização de geração

Contrato	Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2022 Funil	30,00	BA	2052	
001/2022 Pedra	20,01	BA	2052	
006/2004 Curemas	3,52	PB	2026	

Tabela 3 - Concessões e autorização de geração

Contrato	Parque Eólicos (EOL)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
220/2014	Casa Nova II	32,90	BA	2049
225/2014	Casa Nova III	28,20	BA	2049
Resolução autorizativa nº 7.907/19	Casa Nova I A	27,00	BA	2054
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindá I - Acauá	6,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindá I - Angical 2	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindá I - Arapapá	4,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindá I - Caititu 2	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindá I - Caititu 3	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindá I - Carcará	10,00	BA	2049
Pindá I - Corrupião 3	10,00	BA	2049	
Pindá I - Tejuí 2	8,00	BA	2049	
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Coqueirinho 2	16,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindá II - Papagaio	10,00	BA	2049
Pindá III -				
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Tamanduá Mirim 2	16,00	BA	2049
388/2012	Caiçara I	13,23	RN	2047
418/2012	Caiçara II	8,82	RN	2047
399/2012	Juncos I	11,76	RN	2047
417/2012	Juncos II	11,76	RN	2047

Tabela 4 - Concessões de transmissão de energia elétrica - corporativas

Contrato	Índice de reajuste	Nº de substações	Km*	RAP do ciclo 2024/2025	Início da vigência	Final da vigência
061/2001	IPCA	112	19.236	4.730.821	2013	2043
007/2005	IGPM	2	208	30.881	2005	2035
008/2005	IGPM	2	120	8.266	2005	2035
010/2007	IPCA	2	95	22.377	2007	2037
012/2007	IPCA	4	316	17.415	2007	2037
005/2008	IPCA	3	110	6.955	2008	2038
014/2008	IPCA	2	145	11.878	2008	2038
006/2009	IPCA	3	49	33.014	2009	2039
017/2009	IPCA	5	96	44.506	2009	2039
018/2009	IPCA	2	145	11.082	2009	2039
004/2010	IPCA	4	34	51.547	2010	2040
007/2010	IPCA	1	—	16.089	2010	2040
013/2010	IPCA	1	—	15.825	2010	2040
014/2010	IPCA	1	—	9.155	2010	2040
019/2010	IPCA	7	321	31.926	2010	2040
020/2010	IPCA	2	115	13.984	2010	2040
021/2010	IPCA	2	91	11.392	2010	2040
008/2011	IPCA	5	286	93.599	2011	2041
009/2011	IPCA	2	64	12.606	2011	2041
010/2011	IPCA	3	65	20.147	2011	2041
017/2011	IPCA	2	46	18.525	2011	2041
005/2012	IPCA	4	42	29.112	2012	2042
017/2012	IPCA	2	—	16.751	2012	2042
018/2012	IPCA	6	208	21.781	2012	2042
019/2012	IPCA	3	60	63.845	2012	2042
<b>Total</b>		<b>182</b>	<b>21.852</b>	<b>5.343.481</b>		

continuação



## 4.4.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Tabela 6 - Novas normas e interpretações não vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de Conversibilidade	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtotais. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A aplicação da IFRS 18 trará reflexos na apresentação na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações contábeis, quando da adoção das outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas, que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

## 4.5 Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações no capital social da controlada, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da controlada são integralmente consolidados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis das controladas nas demonstrações consolidadas inicia na data em que o controle é detido pela Companhia e é interrompido a partir na data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações contábeis da controlada, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

A controlada, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou possui direitos sobre, retornos variáveis resultantes da sua participação na investida e tem a capacidade de influenciar esses retornos por meio de seu poder sobre ela.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas com a controlada da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Tabela 7 – Empresa controlada

	2024	2023
	Participação %	Participação %
	Directa	Directa

## Controladas

Nova Era Solar Eink S.A. 100 –

## b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configuram como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

## c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

## 4.6 Reclassificações

Após a apresentação das demonstrações contábeis de 2023, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado do exercício os itens identificados no quadro abaixo:

Tabela 8 – Reclassificações - Balanço Patrimonial e Resultado do Exercício

BALANÇO PATRIMONIAL	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2023	Divulgado	Reclassificação
<b>ATIVO</b>			
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado (i)	3.445.880	(92.505)	3.353.375
	<b>3.445.880</b>	<b>(92.505)</b>	<b>3.353.375</b>
<b>PASSIVO</b>			
NÃO CIRCULANTE			
Outros passivos (i)	(470.611)	92.505	(378.106)
	<b>(470.611)</b>	<b>92.505</b>	<b>(378.106)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>			
	<b>CONTROLADORA / CONSOLIDADO</b>		
	2023		
	Divulgado	Reclassificação	Reclassificado
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Outras despesas (ii)	(228.272)	243.091	14.819
	<b>(1.238.574)</b>	<b>–</b>	<b>(995.482)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>1.621.749</b>	<b>–</b>	<b>1.864.841</b>
Outras receitas e despesas (ii)	245.831	(243.091)	2.740
	<b>(245.831)</b>	<b>(243.091)</b>	<b>2.740</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.942.461</b>	<b>–</b>	<b>1.942.461</b>
ANTES DOS TRIBUTOS	1.942.461	–	1.942.461
(i) Reclassificação realizada entre outros passivos circulantes e imobilizado para refletir a adequada alocação das obrigações especiais em convergência com as normas societárias aplicáveis;			
(ii) Reclassificação para adequada alocação do ganho sobre a alienação da			

investida Energia Águas da Pedra S.A.

## NOTA 5 - ESTIMATIVAS E JUGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Companhia utiliza de julgamentos e estimativas relacionados aos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e suas premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados pertinentes, sendo constantemente revisadas. Os efeitos das revisões são reconhecidos contabilmente no exercício em que as alterações ocorrem.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inherentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa. A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de sua controlada, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Tabela 9 - Estimativas de Julgamentos

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
9	Cientes	Avaliação de perda esperada de créditos
	Imposto de renda e contribuição social diferidos	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros
12	- ativo	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos caixa
13	Ativo contratual de transmissão	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia
14.1/17/22	Perdas em investimentos, Valor recuperável dos ativos de longo prazo e Contratos Onerosos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia
23	Benefícios a empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego
24	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais
32.3.3	Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo do instrumento financeiro derivativo

## NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras que atendem à definição de equivalentes de caixa. Os saldos dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

Tabela 10 - Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	<b>2024</b>	<b>2024</b>
Caixa e Bancos	1.086	5.635
Aplicações Financeiras	6.315.742	102.231
	<b>6.316.828</b>	<b>102.236</b>
		<b>6.316.829</b>

As aplicações financeiras são compostas por títulos do Certificado Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa, substancialmente remunerados pelo CDI. A variação de aplicações financeiras referem-se, substancialmente, aos recursos captados durante o exercício de 2024 (maiores informações, nota 19).

## Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa compreendem as aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, a contar da data de aquisição, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## NOTA 7 - CAIXA RESTRITO

Tabela 11 - Caixa restrito

	CONTROLADORA CONSOLIDADO
	<b>2024</b>
Ativo Circulante	31.968
Reserva de empréstimos e financiamentos	31.968
	<b>31.968</b>
Ativo não Circulante	829.410
Fundo de Energia do Nordeste	95.722
Reserva de empréstimos e financiamentos	925.132
	<b>957.100</b>
	<b>691.849</b>

## Fundo de Energia do Nordeste - FEN

Conforme a Lei nº 13.182/2015, o fundo setorial destina-se a prover recursos para empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil. Os recursos são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores e o custo de geração da energia. A Companhia pode participar com até 49% do capital próprio das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que implantam esses empreendimentos.

## Reserva de Empréstimos e Financiamentos

Referem-se a montantes previstos nos contratos de financiamentos destinados a garantir o direito de recebimento das parcelas à vencer, nos casos de inadimplimento, até o final da amortização dos contratos.

## Prática contábil

O caixa restrito é composto por recursos que podem ser utilizados exclusivamente para os fins que foram arrecadados, sem que a Companhia possa movimentá-los livremente.

## NOTA 8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

Tabela 12 - Títulos e Valores Mobiliários

	CONTRO- LADORA	CONSO- LIDADO


<tbl\_r cells="3" ix="2" maxcspan="1" maxrspan="1

continuação



Tabela 18 - Tributos Diferidos Líquidos

CONTROLDORA / CONSOLIDADO	
2026	(17.436)
2027	(17.436)
2028	(26.321)
2029	(27.360)
2030	(27.360)
Após 2030	(1.283.625)
	<b>(1.399.538)</b>

12.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

Tabela 19 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTRO- LADORA	CONSO- LIDADO
	2024	2023
Resultado operacional antes dos tributos	3.584.614	1.942.461
IRPJ e CSLL calculado às alíquotas nominais	(1.218.769)	(660.437)
Efeitos de adições e exclusões:		
Equivalência patrimonial	16.173	25.459
Incentivos fiscais	25.031	177.028
Impactos do diferimento - incentivos fiscais	696.282	265.764
Demais adições e exclusões permanentes	(83.736)	(496)
Total (débito) / crédito de IRPJ e CSLL das operações	<b>(565.019)</b>	<b>(192.682)</b>
<b>Alíquota efetiva (%) da Operações</b>	<b>15,76</b>	<b>9,92</b>
Tributos não reconhecidos/baixados	(104.988)	—
<b>Total (débito) / crédito de IRPJ e CSLL</b>	<b>(670.007)</b>	<b>(192.682)</b>

## Prática contábil

O imposto de renda e a contribuição social, apurados sobre o lucro ajustado para fins fiscais, são reconhecidos na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferidos, no período em que ocorre o resultado (lucro ou prejuízo) correspondente.

O imposto de renda e a contribuição social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na demonstração de resultado abrangente.

## IRPJ e CSLL correntes

Os tributos correntes são registrados como despesa no resultado do período em que o lucro tributável é determinado, aplicando-se as alíquotas vigentes sobre a base de cálculo ajustada conforme o regime fiscal. O lucro tributável é o valor do lucro sujeito à tributação, calculado ajustando o lucro contábil para incluir ou excluir certos itens da receita e despesa que são tratados de maneira diferente para fins fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados de forma líquida, por entidade contribuinte, quando há um direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e a intenção de quitar em bases líquidas.

## IRPJ e CSLL diferidos

O resultado com imposto de renda e a contribuição social diferidos representa o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que, devido às regras tributárias, não podem ser consideradas na base de cálculo do pagamento de imposto de renda e contribuição social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes (diferenças temporárias).

Os créditos reconhecidos no resultado, relacionados ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos no ativo de acordo a projeção de lucro tributável futuro e de utilização das diferenças temporárias.

## Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos ativos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias, a Companhia projeta seus resultados futuros considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico.

## NOTA 13 - ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos

## NOTA 14 - INVESTIMENTOS

14.1 Mutação dos investimentos

Tabela 21 - Mutação controladora - Período corrente

CONTROLDORA						
Participações societárias e outros investimentos	Partici- pação %	Saldo em 2023	Aumento de Capital	Dividen- dos e Juros sobre capital próprio	Equiva- lência patrimonial	Reversão (Constituição) de Perdas estimadas
Controlada						
Nova Era Solar Eink S.A.	99,97	—	1.501	—	—	—
			—	1.501	—	1.501
Controladas em conjunto						
STN - Sistema de Transmissão						
Nordeste S.A.	49,00	264.072	—	(37.416)	56.465	—
Jirau Energia S.A.	20,00	1.790.618	—	—	43.736	—
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	980.915	—	(24.848)	117.132	—
Norte Energia S.A.	15,00	1.590.147	—	—	(251.396)	99.005
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00	543.270	—	(47.444)	65.475	—
Vamcruz 1 Participações S.A.	49,00	131.599	—	(486)	3.704	—
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50	319.539	—	(2.957)	12.454	(20.361)
		5.620.160	—	(113.151)	47.570	308.675
Avaliados ao custo						
O outras participações	—	229	—	—	—	229
		229	—	—	—	229
Outros Investimentos	—	16.882	—	—	—	16.882
		16.882	—	—	—	16.882
		<b>5.637.271</b>	<b>1.501</b>	<b>(113.151)</b>	<b>47.570</b>	<b>5.651.835</b>

Tabela 22 - Mutação controladora - Período comparativo

CONTROLDORA						
Participações societárias e outros investimentos	Partici- pação %	Saldo em 2022	Dividen- dos e Juros sobre capi- tal próprio	Equivalência patrimonial	Reversão (Constituição) de Perdas estimadas	Saldo em 2023
Controladas em conjunto						
STN - Sistema de Transmissão						
Nordeste S.A.	49,00	269.217	(52.145)	47.000	—	264.072
Jirau Energia S.A.	20,00	1.781.776	—	8.842	—	1.790.618
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	867.834	(33.923)	100.908	46.096	980.915
Norte Energia S.A.	15,00	1.818.955	—	(127.622)	(101.186)	1.590.147
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00	502.090	(16.433)	57.613	—	543.270
Vamcruz 1 Participações S.A.	49,00	130.332	(394)	1.661	—	131.599
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50	263.221	—	(13.521)	69.839	319.539
		<b>5.633.425</b>	<b>(102.895)</b>	<b>74.881</b>	<b>14.749</b>	<b>5.620.160</b>
Avaliadas ao custo						
Outras participações	—	229	—	—	—	229
		229	—	—	—	229
Outros Investimentos	—	16.882	—	—	—	16.882
		16.882	—	—	—	16.882
		<b>5.650.536</b>	<b>(102.895)</b>	<b>74.881</b>	<b>14.749</b>	<b>5.637.271</b>

exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Tabela 20 - Mutação do ativo contratual

	CONTRO- LADORA	CONSO- LIDADO
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	<b>18.457.564</b>	<b>18.860.799</b>
Receita de construção	877.356	709.311
Receita financeira	2.276.463	2.201.144
Remunerações regulatórias - Transmissão	2.915.747	184
Amortização	(3.564.330)	(3.313.874)
Saldo em 31 de dezembro	<b>20.962.800</b>	<b>18.457.564</b>
Circulante	3.312.194	3.347.310
Não circulante	17.650.606	15.110.254
<b>Receita Anual Permitida (RAP) recebidas</b>		

O Pronunciamento Contábil CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, equivalente ao IFRS 15, estabelece que os direitos da entidade a contraprestações decorrentes de obrigações de desempenho já concluídas, mas cujo recebimento depende do cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser reconhecidos como ativos contratuais.

Na atividade de transmissão, o direito efetivo ao recebimento da RAP tem início a partir da entrada em operação do empreendimento. Dessa forma, os direitos gerados à medida que a entidade realiza a construção do empreendimento de transmissão são reconhecidos como ativos contratuais no balanço patrimonial.

O ativo contratual é formado pelas receitas de construção e pela atualização financeira do saldo do ativo contratual. Ao cumprir a obrigação de desempenho relacionada à construção do empreendimento, a Companhia reconhece a receita de construção conforme o progresso da obra, registrando-a em contrapartida ao ativo contratual.

Como o recebimento referente à atividade de construção ocorre em um período distante do cumprimento da obrigação de desempenho, o saldo do ativo contratual é ajustado financeiramente, sendo essa atualização registrada como receita financeira no exercício (receita operacional líquida).

A taxa de atualização financeira (taxa implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e O&M, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, se aplicável. A taxa de atualização financeira não deve ser modificada ao longo do contrato de concessão.

Além da atualização pelos juros implícitos, o ativo contratual é atualizado mensalmente pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAP. As atualizações financeiras do ativo contratual são registradas contra a receita operacional líquida.

O ativo contratual é realizado pelo recebimento da parcela da RAP que amortiza o ativo contratual e pelo recebimento do valor residual, quando aplicável.

A medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura de transmissão são satisfeitas, a Compan

continuação



A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

Tabela 25 - Mutação do imobilizado - Controladora/ Consolidado - Corrente

CONTROLADORA / CONSOLIDADO								
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment <sup>1</sup>	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a. (%)	2,00	2,50	4,50	–	1.206.114	3,50	5,80	–
Custo	830.418	575.932	2.989.142	–	10.791	468.724	6.081.121	
Depreciação Acumulada e Impairment	(405.894)	(473.792)	(1.215.772)	(281.940)	–	(1.422)	(348.926)	(2.727.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	424.524	102.140	1.773.370	(281.940)	1.206.114	9.369	119.798	3.353.375
Adição	15	868	41.192	(118.144)	746.382	–	(42.065)	628.248
Baixas	(3.300)	315	(10.126)	–	–	–	4.521	(8.590)
Depreciação	(197.860)	(37.862)	100.987	–	–	(97)	(20.280)	(155.112)
Transferências	100.181	17.791	340.120	(7.079)	(608.123)	–	117.683	(39.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	323.560	83.252	2.245.543	(407.163)	1.344.373	9.272	179.657	3.778.494
Custo	927.314	594.277	3.248.051	–	1.344.373	10.791	540.680	6.665.486
Depreciação Acumulada e Impairment	(603.754)	(511.025)	(1.002.508)	(407.163)	–	(1.519)	(361.023)	(2.886.992)

<sup>1</sup>Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

As imobilizações em curso, referem-se, substancialmente, à modernização da UHE Sobradinho e do Complexo UHE Paulo Afonso.

Tabela 26 - Mutação do imobilizado - Controladora - Comparativo

CONTROLADORA								
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment <sup>1</sup>	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a. (%)	2,00	2,50	4,50	–	–	3,50	5,80	–
Custo	825.482	527.985	2.895.813	–	654.808	10.791	341.309	5.256.188
Depreciação Acumulada e Impairment	(398.777)	(468.079)	(1.107.530)	(234.734)	–	(1.324)	(328.280)	(2.538.724)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	426.705	59.906	1.788.283	(234.734)	654.808	9.467	13.029	2.717.464
Adição	–	–	–	(47.206)	850.128	–	–	802.922
Baixas	(2)	(85)	(7.009)	–	–	–	(5.664)	(12.760)
Depreciação	(7.116)	(6.977)	(119.414)	–	–	(98)	(20.646)	(154.251)
Transferências	4.937	49.296	111.510	–	(298.822)	–	133.079	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	424.524	102.140	1.773.370	(281.940)	1.206.114	9.369	119.798	3.353.375
Custo	830.418	575.932	2.989.142	–	1.206.114	10.791	468.724	6.081.121
Depreciação Acumulada e Impairment	(405.894)	(473.792)	(1.215.772)	(281.940)	–	(1.422)	(348.926)	(2.727.746)

<sup>1</sup>Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

#### Prática contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 17.

Os itens do ativo imobilizado referem-se, substancialmente, à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões.

A Companhia adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para os seus bens, adotando as taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE. Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são depreciables pelo período da concessão ou autorização.

A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Companhia não está classificada no imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide a nota 13.

#### NOTA 16 - INTANGÍVEL

Tabela 27 - Mutação do intangível - Consolidado - corrente

CONSOLIDADO					
Direito de exploração	Software	Intangível em curso	Impairment	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a. (%)	3,30	20,00	–	–	–
Custo	28.628.685	329.670	54.213	–	522
Amortização Acumulada e Impairment	(270.465)	(123.412)	–	(7.079)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.358.220	206.258	54.213	(7.079)	522
Adições	–	–	58.008	–	58.008
Amortizações	(438.356)	(40.155)	–	–	(478.511)
Transferências	(98.539)	225.237	(94.211)	7.079	39.566
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.821.325	391.340	18.010	–	522
Custo	28.530.146	554.908	18.010	–	522
Amortização Acumulada e Impairment	(708.821)	(163.568)	–	–	(872.389)

Tabela 28 - Mutação do intangível - Consolidado - comparativo

CONSOLIDADO					
Direito de exploração	Software	Intangível em curso	Impairment	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a. (%)	3,30	20,00	–	–	–
Custo	28.628.675	154.897	183.910	–	522
Amortização Acumulada e Impairment	(31.837)	(113.839)	–	(51.543)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.596.838	41.058	183.910	(51.543)	522
Adições	–	(618)	45.136	44.464	–
Amortizações	(238.618)	(9.015)	–	–	(247.633)
Transferências	–	174.833	(174.833)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.358.220	206.258	54.213	(7.079)	522
Custo	28.628.685	329.670	54.213	–	522
Amortização Acumulada e Impairment	(270.465)	(123.412)	–	(7.079)	–

#### Prática contábil

Os ativos intangíveis devem ser mensurados inicialmente ao custo, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido, ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, a empresa deve manter o ativo reconhecido ao custo menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A Companhia adota as taxas de amortização determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para os seus bens, adotando as taxas anuais de amortização dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE. Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são amortizados pelo período da concessão ou autorização.

#### NOTA 17 - VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que representa o valor presente dos fluxos de caixa estimados. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

As principais premissas adotadas para os testes de impairment são taxa de desconto, dados observáveis da economia, preços contratuais e de mercado, dentre outras, além de julgamento significativo sobre a determinação das unidades geradoras de caixa (UGC). O detalhamento está divulgado nas estimativas e julgamentos críticos.

As movimentações de impairment nas UGC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstradas abaixo:

Tabela 29 - Movimentação de impairment nas UGC - Controladora/Consolidado - corrente

CONSOLIDADO			
Unidades Geradoras de Caixa	2023	Adições/(Reversões)	2024
Braco hidráulico - Chesf	22.763	(22.763)	–
Casa Nova	87.217	140.908	

continuação



Detalhamos abaixo, a composição relativa ao mercado de capitais e seus vencimentos:

Tabela 34 – Composição mercado de capitais - Debêntures

Vencimento	CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	2024	2023	2024	2023
15/01/2029	25.459	98.775	23.406	115.247
15/04/2029	23.592	997.109	–	–
15/06/2031	299.048	4.357.062	–	–
15/09/2031	36.271	1.336.250	–	–
15/09/2024	15.640	566.250	–	–
	400.010	7.355.446	23.406	115.247

## 19.1 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Tabela 35 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	3.047.955	1.035.113
Efeito no fluxo de caixa:		
Captação	7.835.164	19.294
Juros Pagos	(555.300)	(217.372)
Amortização do Principal	(2.282.611)	(175.294)
Custos de transação apropriado	–	916
Efeito não caixa:		
Juros, encargos, Variações monetária e incorridos	444.181	235.298
Variação de dívida marcada a mercado	53.596	–
Conversão de AFAC em debêntures	–	2.150.000
Saldo em 31 de dezembro	8.542.985	3.047.955

## Captações de recursos

Em abril, junho e outubro de 2024, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 36 – Emissão de debêntures

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	2 <sup>a</sup> emissão	3 <sup>a</sup> emissão	4 <sup>a</sup> emissão	4 <sup>a</sup> emissão
Operação	Debêntures	Debêntures	Debêntures	Debêntures
Série	Única	Única	1 <sup>a</sup> série	2 <sup>a</sup> série
	Não	Não	Não	Não
Tipo	incentivadas	incentivadas	incentivadas	incentivadas
Taxa (% a.a.)	DI + 0,85%	DI + 0,31	DI + 0,85	DI + 1,05
Montante (R\$)	1.000.000	4.900.000	1.336.250	566.250
Vencimento	15/4/2029	15/6/2031	15/9/2031	15/9/2034

## Amortização de dívida

Em 17 de outubro de 2024, a Companhia liquidou a debêntures simples *intercompany* com a Eletrobras no montante de R\$ 2.163.706 (principal e encargos).

## 19.2 Garantia

Tabela 37 - Garantias - Empresa não controlada

Empreendimento	EMPRESAS NÃO CONTROLADAS	
	Saldo Devedor	Término da Garantia
UHE SINOP	74.238	2032

## 19.3 Obrigações assumidas - Covenants

A Companhia possui cláusulas de covenants em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais covenants são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros), existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia, fiança bancária e limitação à venda significativa de ativo. A Companhia não identificou a ocorrência de evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024.

## Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados, exceto quando são objetos de hedge accounting, cuja mensuração é realizada pela variação do valor justo.

Os saldos nas tabelas de empréstimos, financiamento e debêntures são apresentados conforme os critérios de mensuração dessas obrigações. A nota explicativa 32.3.3 apresenta a movimentação das dívidas protegidas por derivativos, cuja mensuração é realizada com base na variação dos valores justos.

## NOTA 20 - ENCARGOS SETORIAIS

Tabela 38 - Encargos setoriais

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	2024	2023
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	229.652	133.819
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	31.014	37.710
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	5.201	5.172
Quota RGR	2.642	3.081
	268.509	179.782
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	138.059	228.611
	138.059	228.611
	406.568	408.393

## 20.1 Pesquisa e Desenvolvimento – P&amp;D

A Lei nº 9.991/2000 estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo: (i) 0,40% em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); (ii) 0,40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e (iii) 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Por sua vez a Aneel, com base na Lei nº 14.120/2021 e por meio do Despacho nº 904/2021 e da Resolução Normativa nº 929/2021, determinou o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D na data base de 31 de agosto de 2020, bem como estabeleceu recolhimento à CDE de percentual fixo de 30% da obrigação mensal da aplicação dos respectivos programas, ou seja, recolhimento mensal de 0,12% para o CDE, restando para projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) o percentual de 0,28%.

## 20.2 Reserva Global de Reversão – RGR

A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico criado em 1957 que tem como objetivo financeirar projetos de melhoria e expansão do setor energético. A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma

quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

## 20.3 Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos – CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 7% sobre o montante da energia elétrica de origem hidráulica produzida, medida em megawatt·hora, multiplicado pela TAR - Tarifa Atualizada de Referência, fixada pela ANEEL.

## Prática contábil

A Companhia reconhece os encargos setoriais como obrigações a recolher, calculados de acordo com as legislações aplicáveis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita operacional líquida.

## NOTA 21 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Tabela 39 - Movimentação da remuneração aos acionistas

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	373.789	592.047
Efeito no fluxo de caixa:		
Pagamento de dividendos / JCP	(373.528)	(1.287.594)
Efeito não caixa:		
Dividendos adicionais propostos	–	695.808
Dividendo / JCP mínimo obrigatório	686.274	373.528
Saldo em 31 de dezembro	686.535	373.789

O Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado. O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

## NOTA 22 - CONTRATOS ONEROSOS

Tabela 40 - Mutação dos contratos onerosos

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	2023	Reversões líquidas
Geração		
PPA Jirau	467.608	(138.282)
PPA Sinop	10.155	(4.798)
PPA Pedra	4.136	(4.136)
PPA Alpek	2.546	(2.546)
	484.445	(149.762)
		334.683

A reversão realizada no exercício refere-se substancialmente à melhora na curva futura do preço de energia e à inclusão, em 2024, dos ganhos estimados de equivalência patrimonial cruzados, resultantes dos lucros proporcionados às SPE pelos contratos de energia entre a Companhia e as SPE, para compensar o saldo da onerosidade desses contratos.

Tabela 41 - Mutação dos contratos onerosos

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
2022	Constituição	

continuação



A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration. A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

### 23.1.3 Resultados consolidados atuariais

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

Tabela 49 - Resultados consolidados atuariais

CONSOLIDADO	2024	2023
Ganhos/Perdas atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	822.910 (138.686)	

### 23.1.4 Contribuições patronais

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 7,65 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 8,36 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós emprego para os próximos 10 anos:

Tabela 50 - Programa previdenciário

CONSOLIDADO	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Consolidado	845.219	771.355	702.248	638.027	5.222.812	8.179.663

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no final do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Tabela 51 - Sensibilidade

CONSOLIDADO	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)
Obrigação de benefício definido	(594.332)	685.048
Expectativa de crescimento salarial	11.577	–

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no final do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial. Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

### 23.1.6 Contribuições patronais

Nos planos denominados BD Eletrobras, CD Eletrobras, BD Eletrosul, CD Eletrosul, BD CGTEE, CD Chesf, BD Furnas e CD Furnas as contribuições extraordinárias para o equacionamento de insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios são de responsabilidade da Companhia e dos participantes e assistidos dos planos de benefícios, observando-se a paridade nas contribuições, conforme as previsões constantes nos respectivos regulamentos dos planos de benefícios.

Nos planos denominados BD Chesf e BS Chesf, a controlada Chesf responde pelo custeio integral das contribuições extraordinárias para a cobertura de insuficiências patrimoniais, conforme previsto nos regulamentos desses planos de benefícios. Ambos os planos são na modalidade de benefício definido e se encontram em extinção. A parcela do valor presente do saldamento, correspondente aos assistidos existentes no plano BD Chesf, na data efetiva dos planos CD Chesf e BS Chesf é um compromisso especial de responsabilidade da patrocinadora. O mesmo ocorre com a parcela do valor presente do benefício saldado não coberto pelo patrimônio do plano BS Chesf na data efetiva do plano. Os valores das contribuições extraordinárias são objeto de contratos de dívida específicos firmados entre a Chesf e a Fachesf, de acordo com as regras especificadas na Resolução CNPC nº 30, de 2018, Resolução CNPC nº 42, de 2021 e Resolução Previc nº 23, de 2023. As questões relacionadas ao custeio extraordinário destes planos estão sendo objeto de estudo pela Eletrobras. Segundo a legislação que rege a previdência privada no Brasil, as contribuições extraordinárias para equacionamento de insuficiências patrimoniais apuradas nos planos de benefícios devem ser obrigatoriamente objeto de contrato de dívida específico, no qual são estabelecidas as condições de pagamento e a proporção contributiva a ser observada entre o patrocinador e participantes e assistidos, de acordo com a proposta de equacionamento aprovada nos órgãos de governança da entidade de previdência privada, respeitando-se, sempre, as normas estabelecidas nos regulamentos dos planos.

Nas decisões judiciais que envolvem os planos de benefícios ou o plano de gestão administrativa, imputando responsabilidade financeira ao patrocinador é respeitada a proporção contributiva estabelecida nos regulamentos dos planos, exceto em casos nos quais eventualmente seja questionada a própria proporção contributiva. Desta forma, ainda no caso de decisões judiciais é respeitada a proporção contributiva entre patrocinadores e participantes e assistidos, apesar de ter um histórico de inadimplência dos participantes decorrentes de ações judiciais questionando as contribuições extraordinárias.

A Companhia, com base nas premissas destacadas acima, está realizando estudos para adotar o risk sharing nas suas obrigações relacionadas aos planos de previdência privada, sendo que esse estudo irá incluir a segurança jurídica e atuarial para reconhecer as repartições das obrigações pelo custeio do passivo atuarial em cada um dos planos de benefícios que patrocinam, bem como a análise das contribuições extraordinárias que tem sido objeto de inadimplemento por uma parcela dos participantes.

A Companhia espera ter as conclusões e o plano de equacionamento no exercício de 2024.

### 23.2 Obrigações com pessoal

Tabela 52 - Obrigações com pessoal

CONSOLIDADO	2024	2023
-------------	------	------

Circulante	65.207	63.221
Provisão de férias	77.199	267.530
Programa de demissão voluntária	13.591	2.632
Folha de pagamento	19.534	5.055
Encargos sobre férias	73.567	67.516
Participações nos Lucros/Resultados	12.351	–
Encargos sobre 13º salário	27.818	17.583
Contribuição previdenciária	2.107	4.654
Outros	<b>291.374</b>	<b>428.191</b>

### Prática contábil

A Companhia patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

A Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária.

A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Neste tipo de plano é necessário identificar os planos que possuem déficits sendo equacionados e se os participantes e/ou assistidos custeiam uma parcela desse déficit. Para os casos em que possuem equacionamento em curso, o valor presente das obrigações de benefício definido é calculado considerando as contribuições de empregados ou de terceiros, que reduzem o custo final dos benefícios de pós-emprego oferecidos pelas patrocinadoras, que representa o conceito de Risk Sharing.

Os planos que não possuem equacionamento em curso, a Companhia registra como obrigação o excedente a diferença entre o saldo da obrigação atual e o saldo do valor justo dos ativos, não considerando a aplicação do compartilhamento de riscos (Risk Sharing), seguindo a orientação do CPAO Nº 013 - Risk Sharing" - Participação de empregados e assistidos no custeio de déficits de Plano de Aposentadoria de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e seus impactos no Balanço das empresas patrocinadoras, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Atuariais, do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação de plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes, substancialmente, de ajustes nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispendendo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

### NOTA 24 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte envolvida em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

As principais ações referem-se a:

#### 24.1 Provisões para litígios

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

Tabela 53 - Provisões para litígios

CONSOLIDADO	2024	2023
-------------	------	------

Cíveis	2.971.943	3.132.807
Trabalhistas	151.108	195.828
Tributárias	64.685	36.458
Regulatórios	42.951	38.049
Ambientais	20.440	12.137
	<b>3.251.127</b>	<b>3.415.279</b>

As provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a seguinte evolução:

Tabela 54 - Mutação das provisões para litígios

CONSOLIDADO	2024	2023
-------------	------	------

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<b>3.415.279</b>	
Reversões	(228.856)	
Atualizações monetárias	283.693	
Liquidações	(218.989)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<b>3.251.127</b>	

#### 24.1.1 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis com a estimativa provável de perdas de R\$ 2.971.943 (R\$ 3.132.807 em 31 de dezembro de 2023).

#### • Nulidade parcial de aditivo - Fator K de correção analítica de preços (Chesf)

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial do aditivo do contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor histórico de aproximadamente R\$ 350.000, em dobro. As réis, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a supostos pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela companhia. O fator K refere-se à cobrança de um índice de reajuste de preços em face da necessidade de compensar os efeitos inflacionários caus

\*continuação



## NOTA 25 - OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo obrigações de:

Tabela 56 - Obrigações da lei 14.182/2021

	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)		Revitalização das Bacias Hidrográficas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	13.718.611	12.440.873	2.683.120	2.761.585	16.401.731	15.202.458
Efeito no fluxo de caixa:						
Amortização do principal	(471.557)	(244.015)	(338.756)	(340.045)	(810.313)	(584.060)
Juros pagos	(67.765)	(15.459)	(30.913)	(13.296)	(98.678)	(28.755)
Efeito não caixa:						
Atualização monetária	670.956	578.785	115.232	132.704	786.188	711.489
Encargos	1.038.651	958.427	135.942	142.172	1.174.593	1.100.599
Saldo em 31 de dezembro	<b>14.888.896</b>	<b>13.718.611</b>	<b>2.564.625</b>	<b>2.683.120</b>	<b>17.453.521</b>	<b>16.401.731</b>
Circulante	816.062	518.966	385.752	367.974	1.201.814	886.940
Não circulante	14.072.834	13.199.645	2.178.873	2.315.146	16.251.707	15.514.791

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valores presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

Tabela 57 - Vencimentos a valor presente – controladora e consolidado

CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	Conta de Desenvolvimento Energético <sup>1</sup>	Revitalização das Bacias Hidrográficas <sup>2</sup>	Total
2025 (Circulante)	816.062	385.752	1.201.814
2026	1.011.241	365.051	1.376.292
2027	1.174.781	345.462	1.520.243
2028	1.091.816	326.924	1.418.740
2029	1.014.710	309.381	1.324.091
2030	1.014.710	292.779	1.307.489
Após 2030	8.765.576	539.276	9.304.852
	<b>14.888.896</b>	<b>2.564.625</b>	<b>17.453.521</b>
Circulante	816.062	385.752	1.201.814
Não Circulante	14.072.834	2.178.873	16.251.707

O fluxo nominal de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA. Estão divulgados na nota de instrumentos financeiros, vide nota 32.

## Prática contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada Pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

A taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

## NOTA 26 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 19.370.176 (R\$ 19.370.176, em 31 de dezembro de 2023), e suas ações não têm valor nominal.

Tabela 58 - Capital social

2024					
Acionista	Ordinárias		Preferenciais		Capital Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade %
Eletrobras	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905 100,00
	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905 100,00
2023					
Acionista	Ordinárias		Preferenciais		Capital Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade %
Eletrobras	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905 100,00
	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905 100,00

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

## 26.1 Reservas de lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

## 26.1.1 Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

## 26.1.2 Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

## 26.1.3 Reserva para investimentos

Conforme a Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

A Companhia propõe destinar R\$ 1.120.585, provenientes do lucro de 2024, para a Reserva para investimentos, com a finalidade de executar os investimentos previstos no planejamento estratégico de 2025 a 2029.

## 26.1.4 Reserva de Incentivos Fiscais

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea "d" do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

## 26.1.4 Destinação do resultado

Tabela 59 - Destinação do resultado		
	2024	2023
Saldo para destinação do exercício	2.914.607	1.749.779
Reserva Legal	(144.479)	(78.638)
Reserva de Incentivo Fiscal	(25.031)	(177.028)
Dividendo / JCP mínimo obrigatório	(686.274)	(373.528)
Subtotal a distribuir	2.058.823	1.120.585
Reserva de Retenção de Lucros	(2.058.823)	(1.120.585)
Saldo a distribuir do exercício	—	—

## 26.2 Outros resultados abrangentes

Em função do aditivo contratual de compromisso atuarial relativo à cobertura dos compromissos com o plano salgado de benefícios (BS) a Companhia registrou o ajuste atuarial em Outros resultados abrangentes no valor de R\$ 970.985.

Proveniente de instrumentos financeiros derivativos, qual seja: hedge de fluxo de caixa na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes, houve impacto da ordem de R\$ 224.

## NOTA 28 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Tabela 62 - Receita Operacional Líquida

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		2024	2023
Geração			
Suprimento	514.128	581.292	
Fornecimento	329.981	875.082	
CCEE	1.050.292	328.535	
Receita de operação e manutenção	2.002.720	2.655.878	
	3.897.121	4.440.787	
Transmissão			
Receita de operação e manutenção	2.477.763	2.399.426	
Receita de construção	877.356	709.311	
Receita financeira contratual	2.276.463	2.201.144	
	5.631.582	5.309.881	
Outras receitas			
	74.631	60.762	
(-) Deduções à Receita Operacional			
(-) ICMS	(54.330)	(154.518)	
(-) PIS e COFINS	(905.653)	(911.765)	
(-) Encargos setoriais	(598.708)	(631.214)	
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	(1.113)	(896)	
	(1.559.804)	(1.698.393)	
Receita operacional líquida	<b>8.043.530</b>	<b>8.113.037</b>	

## NOTA 27 - RESULTADO POR AÇÃO

continuação



## 31.2 Ativos não circulantes por segmento

Tabela 67 - Ativos não circulantes por segmento

	CONSOLIDADO							
	Administrador	Geração	Transmissão	Total	Administrador	Geração	Transmissão	Total
Intangível	265.484	27.965.713	—	28.231.197	239.727	28.372.407	—	28.612.134
Ativo Contratual	—	—	17.650.606	17.650.606	—	—	15.110.254	15.110.254
Imobilizado	1.045.075	2.733.419	—	3.778.494	999.056	2.354.319	—	3.353.375
	<b>1.310.559</b>	<b>30.699.132</b>	<b>17.650.606</b>	<b>49.660.297</b>	<b>1.238.783</b>	<b>30.726.726</b>	<b>15.110.254</b>	<b>47.075.763</b>

## 31.3 Impairment por segmento

Tabela 68 - Posições de impairment por segmento - Controladora/ Consolidado

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Imobilizado	407.163	281.940
Intangível	—	7.079
	<b>407.163</b>	<b>289.019</b>

## Prática contábil

A Companhia segmenta os seus resultados entre Geração e de Transmissão, pois a maior parte das suas receitas e despesas são originadas por essas atividades e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados e para a avaliação do seu desempenho.

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

## NOTA 32 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

## 32.1 Gestão do risco de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A alavancagem financeira, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - TVM (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito). O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Tabela 69 - Gestão de risco

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (+/-) Instrumentos financeiros derivativos - proteção de dívida	8.542.985	3.047.955
(+) Caixa e equivalente de caixa	200.912	—
(-) Caixa e equivalente de caixa	(6.316.829)	(1.027.866)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(1.436.834)	(252.294)
Exposição líquida	990.234	1.767.795
(+) Total do Patrimônio Líquido	34.615.192	31.563.725
Total do Capital	<b>35.605.426</b>	<b>33.331.520</b>
Índice de Alavancagem Financeira (%)	2,78	5,30

## 32.2 Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

Tabela 70 - Classificação por categoria

	CONSOLIDADO		
	Nível	2024	2023
ATIVOS FINANCEIROS			
<b>Custo amortizado</b>		<b>8.351.722</b>	<b>2.791.036</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6.316.828	1.027.866	
Clientes	1.077.794	1.071.321	
Caixa restrito	957.100	691.849	
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>1.581.066</b>	<b>252.294</b>
Títulos e Valores Mobiliários	2	1.436.834	252.294
Instrumentos financeiros derivativos		143.012	—
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		<b>610</b>	<b>—</b>
Instrumentos financeiros derivativos	2	610	—
PASSIVOS FINANCEIROS			
<b>Custo amortizado</b>		<b>22.582.023</b>	<b>20.402.724</b>
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	17.453.521	16.401.731	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.886.875	3.047.955	
Fornecedores	555.092	579.249	
Remuneração aos acionistas	686.535	373.789	
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>5.000.034</b>	<b>—</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	4.656.110	—
Instrumentos financeiros derivativos	2	343.924	—

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 2 – preços colados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.

## 32.3 Gestão de riscos financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

## 32.3.1 Risco de taxa de juros

## • Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

Tabela 71 - Risco de taxa de juros

## CONTROLADORA/CONSOLIDADO

	Efeito no resultado				
	Saldo em 2024	Provável 2024 <sup>1</sup>	Cenário I - Provável 2024 <sup>1</sup>	Cenário II 2024 <sup>1</sup>	Cenário III 2024 <sup>1</sup>
CDI	Empréstitos, financiamentos e debêntures	(7.755.455)	(1.155.563)	(1.444.453)	(1.733.344)
TJLP	Empréstitos, financiamentos e debêntures	(165.418)	(14.458)	(18.072)	(21.686)
IPCA	Empréstitos, financiamentos e debêntures	(382.130)	(20.482)	(25.603)	(30.723)
Impacto no resultado em caso de apreciação nos indexadores nacionais		(8.303.003)	(1.190.502)	(1.488.128)	(1.785.754)
( <sup>1</sup> ) Premissas adotadas:		12,15	14,90	18,63	22,35
CDI (%)		743	8,74	10,93	13,11
TJLP (%)		4,89	5,36	6,70	8,04

## 32.3.2 Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

## Prática contábil

## Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, segundo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

## • Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelos valores justos e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um ativo financeiro é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes – VJORA se atender ambas as condições a seguir:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes – ORA. A Companhia opta por registrar a variação do valor justo dos seus instrumentos patrimoniais, quando não possui controle, controle compartilhado e influência significativa, em Outros Resultados Abrangentes – ORA.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que da outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como o VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

## Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

## Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

\*continuação



Tabela 81 - Remuneração do pessoal chave

CONTROLADORA	2024	2023
Benefícios de curto prazo	3.402	7.106
Benefícios pós-emprego	178	189
Outros benefícios de longo prazo	558	—
	<b>4.138</b>	<b>7.295</b>

**Prática contábil**

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a Companhia. Para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, são relatados apenas os saldos com as partes relacionadas relevantes. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas controladas são eliminados.

**NOTA 34 -EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em março de 2025, a Companhia vendeu os ativos da UTE Camaçari para a Eneva. Esses ativos não tinham valor contábil registrado devido à intenção de desativação ou possível alienação sem valor estimável em 2023.

**DIRETORIA EXECUTIVA**  
6ª Reunião/2025  
DECLARAÇÃO

Declaramos, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 30 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Recife, 21 de março de 2025

**João Henrique de Araújo Franklin Neto** **Jenner Guimarães do Rêgo**  
Diretor-Presidente Diretor Administrativo-Financeiro  
**Tony Ulysses Rodrigues de Matos Firmino** **Eduardo Haiana**  
Diretor de Operação e Manutenção Diretor de Relações com Investidores

**DIRETORIA EXECUTIVA**  
6ª Reunião/2025  
DECLARAÇÃO

Declaramos, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 30 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia - PWC, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Recife, 21 de março de 2025

**João Henrique de Araújo Franklin Neto** **Jenner Guimarães do Rêgo**  
Diretor-Presidente Diretor Administrativo-Financeiro  
**Tony Ulysses Rodrigues de Matos Firmino** **Eduardo Haiana**  
Diretor de Operação e Manutenção Diretor de Relações com Investidores

**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA****CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Antônio Varejão de Godoy</b> Presidente	<b>Renato Costa Santos Carreira</b> Conselheiro	<b>Eduardo Haiana</b> Conselheiro
---	--	--------------------------------------

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**João Henrique de Araújo Franklin Neto** - Diretor-Presidente  
**Tony Ulysses Rodrigues de Matos Firmino** - Diretor de Operação e Manutenção  
**Moises Cesar Duarte** - Contador - CRC/PE 014051/O-1

**Jenner Guimarães do Rêgo** - Diretor Administrativo-Financeiro  
**Eduardo Haiana** - Diretor de Relações com Investidores

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

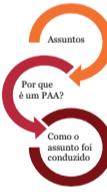
**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.,  
Rua Padre Carapuceiro, 910, Ed. Acácio Gil Borsoi,  
Recife, PE, Brasil, 51020-280, Caixa Postal 317  
T: 4004-8000, www.pwc.com.br

**Porque é um PAA**

Assuntos

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Assunto

por que é um PAA?

Como o assunto foi conduzido

**Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e do intangível (Notas 15, 16 e 17) e dos investimentos (Nota 14)**

O ativo imobilizado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétrica, enquanto o intangível é composto, substancialmente, por direitos de exploração, para os quais uma perda por redução aos valores recuperáveis pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indiquem que seus valores contábeis podem não ser recuperáveis.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam.

Adicionalmente, a Companhia possui saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Quando são identificadas evidências objetivas de perda nesses investimentos, a Companhia realiza a avaliação de valor recuperável determinado pelo maior valor entre o valor em uso e seu valor justo líquido de despesa de venda, mensurado com base em projeções de fluxo de caixa descontados.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base nas melhores estimativas da administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC e controladas em conjunto, conforme aplicável, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como taxa de desconto, dados observáveis da economia, preços contratuais de mercado, receitas e despesas projetadas e a determinação das UGCs.

Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados, intangíveis e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial, como um dos Principais Assuntos de Auditoria em virtude da magnitude dos saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade, que utilizam diferentes premissas que poderiam modificar significativamente os valores recuperáveis apurados.

**Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 13)**

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão que é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) e pelos valores residuais correspondentes aos saldos não depreciados dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, caso seja permitido.

Os valores apurados requerem o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre a mensuração das obrigações contratuais de construir, operar e manter a infraestrutura, satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas ao fluxo financeiro dos respectivos contratos, tais como: (i) definição e aplicação das taxas de atualização financeira utilizadas; e (ii) valores residuais estimados, quando previsto no contrato.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas e sua aplicação pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

**Provisões para litígios e passivos contingentes (Nota 24)**

A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza cível e tributária, entre outros, originados no curso normal dos negócios. A determinação das probabilidades de perda e, consequentemente, do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Devido às complexidades e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis e a seus possíveis impactos materiais nas demonstrações contábeis, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluirão, entre outros, o entendimento, a avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e das discussões em andamento.

Obtivemos confirmações de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avaliámos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Por fim, efetuamos a leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

**Outros assuntos****Demonastrações do Valor Adicionado**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas

controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante

Publicidade Legal - 16 de abril de 2025 - CHESF 2025 - Balanço  
pdf

Código do documento 61283184-2355-494c-808e-02e23cac97c3



## Assinaturas

EDITORAS FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100  
Certificado Digital  
brunolins@folhape.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

16 Apr 2025, 11:15:53

Documento 61283184-2355-494c-808e-02e23cac97c3 criado por BRUNO DE CARVALHO CARNEIRO LINS (8bc053f0-b4c9-406d-bb73-21c069e11d06). Email:brunolins@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-04-16T08:15:53-03:00

16 Apr 2025, 11:16:29

Assinaturas **iniciadas** por BRUNO DE CARVALHO CARNEIRO LINS (8bc053f0-b4c9-406d-bb73-21c069e11d06).  
Email: brunolins@folhape.com.br. - DATE ATOM: 2025-04-16T08:16:29-03:00

16 Apr 2025, 11:17:23

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO**  
LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: brunolins@folhape.com.br. IP: 179.181.103.28 (179.181.103.28 porta: 28904). Dados do Certificado: CN=EDITORAS FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=AC SyngularID Multipla, OU=45616309000149, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE ATOM: 2025-04-16T08:17:23-03:00

Hash do documento original

(SHA256):22dc4f8dd81316ddabf3bd56d211a1da46f68cce19eb1c209d643edfc0be232c  
(SHA512):bf1d00bc9a836e15f60558ab823fabcf150fa5a8c056a25fd577dd3560a037a89b2d014bb0baed3a6dac0f1ab011034b4e274078a482bfa88c308e7f749b1dc8

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign  
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.